

Artigo

**AS ENTIDADES NACIONAIS NA
POLÍTICA EDUCACIONAL DAS
ESCOLAS DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO BRASIL-
ENTENDIMENTOS SOBRE A ÁREA DA
TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO¹**

Albenise Laverde²

Cláudia Terezinha de Andrade Oliveira³

RESUMO

O presente artigo investiga as principais discussões e ações realizadas ao longo da criação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, conduzidas por Instituições de Ensino e por Entidades Governamentais e Associativas envolvidas com a questão educacional, com especial atenção à análise das estratégias e proposições direcionadas às práticas experimentais e

¹ Em agradecimento à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro ao Projeto de Pesquisa - Processo 2013/22935-1 - que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho. Cabe declarar que: “As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP”.

² Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia/MG, Brasil.

³ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, Brasil.

melhoria do ensino da Tecnologia da Construção. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da triangulação de dados obtidos em diferentes fontes bibliográficas e documentais e pela análise de 21 Projetos Pedagógicos de escolas públicas de Arquitetura e Urbanismo implantadas em diferentes períodos históricos e em distintas regiões do país, além de entrevistas e visitas técnicas. Os resultados possibilitaram compreender as diferentes variáveis que influenciaram na atual estruturação da área da Tecnologia da Construção, algo que não se resume ao plano teórico dos Projetos Pedagógicos de curso, mas a uma dimensão mais ampla, como os aspectos político-educacionais, estruturais e socioeconômicos.

Palavras-chave: Entidades Nacionais, Ensino de Arquitetura, Tecnologia da Construção, Espaços experimentais.

LAS ENTIDADES NACIONALES EN LA POLÍTICA EDUCACIONAL DE LAS ESCUELAS DE ARQUITECTURA Y URBANISMO DE BRASIL - ENTENDIMIENTOS SOBRE EL ÁREA DE LA TECNOLOGÍA DE LA CONSTRUCCIÓN

RESUMEN

El presente artículo investiga las principales discusiones y acciones realizadas a lo largo de la creación de los cursos de Arquitectura y Urbanismo en Brasil, conducidas por Instituciones de Enseñanza y por Entidades Gubernamentales y Asociativas involucradas con la cuestión educativa, con especial atención al análisis de las estrategias y proposiciones dirigidas a las prácticas experimentales y la mejora de la enseñanza de la Tecnología de la Construcción. Esta investigación fue desarrollada a partir de la triangulación de datos obtenidos en diferentes fuentes bibliográficas y documentales y por el análisis de 21 Proyectos Pedagógicos de escuelas públicas de Arquitectura y Urbanismo implantadas en diferentes períodos históricos y en distintas regiones del país, además de entrevistas y visitas técnicas. Los resultados permitieron comprenderlas diferentes variables que influenciaron en la actual estructuración del área de la Tecnología de la Construcción, algo que no se resume al plano teórico de los Proyectos pedagógicos de curso, sino a una dimensión más amplia, como los aspectos político-educativos, estructurales y socioeconómicos.

Palabras clave: Entidades Nacionales, Enseñanza de Arquitectura, Tecnología de la Construcción, Espacios experimentales.

THE NATIONAL ENTITIES IN THE EDUCATION POLITICS OF THE SCHOOLS OF ARCHITECTURE AND URBANISM OF BRAZIL - UNDERSTANDING ON THE AREA OF TECHNOLOGY OF CONSTRUCTION

ABSTRACT

The present paper investigates the main discussions and actions carried out along the creation of Architecture and Urbanism courses in Brazil, conducted by Teaching Institutions and Governmental and Associative Entities involved with the educational question, with special

attention to the analysis of the strategies and propositions to experimental practices and to improving the teaching of Technology of Construction. This research was developed from the triangulation of data obtained in different bibliographical and documentary sources and by the analysis of 21 Pedagogical Projects of public schools of Architecture and Urbanism implanted in different historical periods and in different regions of the country, besides interviews and technical visits. The results made it possible to understand the different variables that influence the structuring to the field of Technology of Construction, something that is not limited to the theoretical plan of Pedagogical Projects, they embrace a broader dimension, such as political, educational, structural and socioeconomic aspects.

Keywords: National Entities, Architecture Teaching, Technology of Construction, Experimental Workspaces

ENTITÉS NATIONALES DANS LA POLITIQUE ÉDUCATIVE DES ÉCOLES D'ARCHITECTURE ET D'URBANISME DU BRÉSIL - COMPRENDRE LE DOMAINE DES TECHNIQUES DE LA CONSTRUCTION

RÉSUMÉ

Cet article examine les principales discussions et actions menées lors de la création des cours d'architecture et d'urbanisme au Brésil, menés par des établissements d'enseignement et des entités gouvernementales et associatives concernées par la question de l'éducation, en portant une attention particulière à l'analyse des propositions orientées vers les pratiques expérimentales et l'amélioration de l'enseignement de la technologie de la construction. Cette recherche a été développée à partir de la triangulation des données obtenues dans différentes sources bibliographiques et documentaires et de l'analyse de 21 projets pédagogiques d'écoles publiques d'architecture et d'urbanisme implantés dans différentes périodes historiques et dans différentes régions du pays, en plus d'interviews et de visites techniques. Les résultats ont permis de comprendre les différentes variables qui ont influencé la structure actuelle du domaine de la technologie de la construction, ce qui ne se limite pas au plan théorique des projets pédagogiques, mais à une dimension plus large, telle que les aspects politique, éducatif, structurel et socio-économique.

Mots-clés: Entités nationales, Enseignement de l'architecture, Technologie de la construction, Espaces expérimentaux.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz o resgate histórico das principais discussões e ações realizadas por entidades nacionais – algumas delas já extintas – envolvidas com a questão educacional como MEC (Ministério da Educação e Cultura), CEAU (Comissão de Especialistas em Arquitetura e Urbanismo), ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo), CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia)⁴, CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e escolas inseridas em Instituições Públicas de Ensino Superior, com especial atenção às ações que de alguma forma impactaram na atual configuração da área da Tecnologia da Construção das escolas brasileiras.

Os dados foram obtidos por meio da análise qualitativa, com visitas técnicas a 21 escolas públicas de arquitetura do país e entrevistas direcionadas aos principais atores à frente da área estudada, somando ao todo 67 profissionais (docentes e técnicos) pertencentes a instituições de ensino e entidades de classe.

Ao analisar a atual estruturação da área da Tecnologia da Construção em diferentes escolas públicas brasileiras foi possível contextualizar os desafios enfrentados, que não se resumem ao arranjo físico laboratorial, mas a uma dimensão mais ampla, pois abrangem aspectos político-educacionais, estruturais e socioeconômicos. Uma simples abordagem quantitativa não possibilitaria compreender questões de fundo, no que diz respeito à natureza das relações interpessoais e burocráticas, difíceis de serem captadas por meio de instrumentos somente descritivos.

A partir do recorte temporal quanto à data de implantação dos cursos - acima de 10 anos em relação ao ano de início da pesquisa: 2013 a 2017 - foram selecionados 21 cursos de Arquitetura e Urbanismo inseridos em Instituições Públicas dentro do universo de 33 escolas com implantação até 2002. As

⁴ A partir de 2010, ocorre a desvinculação da Arquitetura e Urbanismo do CREA.

categorias de análise consideradas na seleção foram:

Regional – procurando abranger escolas de diferentes regiões do país com representatividade regional;

Histórica – classificação das escolas baseando-se no momento político educacional em vigor no período de sua implantação:

Escolas implantadas **antes da década de 1960** - Identificando o modelo de origem de cada escola: Belas-Artes ou Politécnico, e aquelas que surgiram de forma autônoma a estes modelos;

Escolas implantadas **ao longo da década de 1960** - antes da adoção do Currículo Mínimo de 1969;

Escolas implantadas **ao longo da década de 1970** – aplicação de regulamentações estabelecidas pelo Currículo Mínimo e realização da primeira avaliação do governo por meio da CEAU;

Escolas implantadas **ao longo da década de 1980** – fim da ditadura;

Escolas implantadas **ao longo da década de 1990** – realização do segundo levantamento pela CEAU.

Quadro 01 – Cursos de arquitetura e urbanismo em instituições públicas no país, de acordo com os critérios explicitados no Capítulo Introdutório.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS QUE OFERECEM O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO																	
Região Sul	RS				SC			PR									
Instituição	UFFS	UFSM	UFPEl	UFRGS	UDESC	UFSC	UNILA	UTFPR	UEM	UEL	UFPR						
Ano de criação do curso	2010	1993	1971	1898/1936	2008	1977	2010	2009	2000	1978/79	1962/3						
Região Sudeste	SP				MG				RJ			ES					
Instituições	Unesp P.Prud.	Unicamp	USP/SCar	Unesp Baurd	USP/SP	UFSJ	UFOP	UFU	UFV	UFVJ	UFMG	IFF	UFRRJ	UFF	UFRJ	IFES	UFES
Ano de criação do curso	2003	1999	1985	1984	1948	2009	2008	1996	1992	1992	1930	2008	2000	1970	1826	2008	1978
Região Centro-Oeste	MS		MT		GO			DF		TO							
Instituições	UFMS		UEMT		UFMT			UFG		UEG		UNB					
Ano de criação do curso	1999/2000		2009		1995			2009		2008		1962					
Região Nordeste	BA	SE	AL	PE	PB		RN	CE	PI	MA							

Instituições	UFBA	UFS	UFPA	UFPE	UFMG	UFPB	UFRN	UFC	UFRR	UFMA
Ano de criação do curso	1880	2007	1974	1932	2002	1974	1973	1964	1963	1957
Região Norte	PA	AP	RO	AM	RR	AC				
Instituições	UFPA	UFAP	-	UFAM	UFRR	-				
Ano de criação do curso	1964	2011/12	-	2010	2005	-				

- Escolas selecionadas para visita técnica
- ⊘ Escolas que atendem ao critério temporal, mas não foram visitadas
- Escolas que não atendem ao critério temporal

Fonte: elaborado pelas autoras.

A classificação em categorias Histórica e Regional de acordo com a sequência cronológica dos fatos históricos mais relevantes ao tema permitiu que durante as visitas e também ao longo do tratamento dos dados, fossem criados parâmetros para facilitar a compreensão de uma série de fenômenos (históricos/culturais/políticos/econômicos), que influenciaram a configuração dos espaços experimentais visitados e também a forma de condução das atividades na área da Tecnologia da Construção. Estas categorias de análise permitiram criar uma lógica para a realização das visitas, com a possibilidade de averiguar a influência que escolas mais antigas exerceram sobre outras, ao exportar quadros docentes, experiências e discussões já amadurecidas sobre o ensino.

AS PRIMEIRAS REFORMAS: O IMBRICAMENTO DAS PARTICULARIDADES HISTÓRICA, REGIONAL E ESTRUTURAL

De acordo com Motta (1977) em relação à educação institucionalizada, o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil teve duas principais vertentes em função da influência que exerceram: uma originária da Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro; e outra da Escola Politécnica, em São Paulo. Enquanto no Rio de Janeiro o ensino Belas Artes estava integrado à área

artística, em São Paulo, de acordo com Ficher (2005), a arquitetura veio a ser estudada inicialmente como uma das especialidades da engenharia.

Por volta da década de 1930 ocorreram determinados fatos históricos relacionados tanto às estruturações curriculares como também à regulamentação do exercício profissional que provocaram profundas transformações no ensino nos anos subsequentes. Um deles relaciona-se às reformas promovidas por Lúcio Costa em 1931, quando diretor da Enba (Escola Nacional de Belas Artes). Suas ideias visavam reestruturar o ensino tanto do ponto de vista de sua organização como também de sua orientação, seguindo a linha do movimento modernista. Para Segawa (1997), embora estas ações junto à escola não tenham se sustentado por muito tempo, foram suficientemente marcantes como forma de conscientizar uma nova geração de arquitetos sobre as transformações em curso na Arquitetura e Urbanismo mundial, principalmente, em uma estrutura conservadora como a que prevaleceu.

Neste mesmo período, foram promovidas as primeiras discussões sobre a regularização das atribuições profissionais do arquiteto, ocorridas a partir do Art. 30 do Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, que relata como atribuições profissionais:

1. o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção do edifício com todas as suas obras complementares;
2. o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental;
3. o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;
4. o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica;
5. a arquitetura legal, nos assuntos mencionados nas alíneas a) e c) do mencionado;
6. perícias e arbitramento relativos à matérias de que tratam as alíneas anteriores.

Para Artigas (1977), a arquitetura e o ensino saíram deste processo

muito prejudicados, pois não se compreendeu qual o papel do arquiteto neste momento histórico, prevalecendo o conceito de formação que a antiga Academia de Belas Artes havia criado para o arquiteto: uma espécie de técnico menor, um ignorante, alheio às exigências das leis da gravidade e do comportamento das estruturas, enfim, dos aspectos técnicos que envolvem o ambiente construído.

O Quadro 02 apresenta a organização de ações de maior visibilidade desenvolvidas em alguns estados da federação desde a criação dos primeiros cursos de arquitetura no país.

Quadro 02 – Síntese das principais ações na área do Ensino desenvolvidas em alguns Estados brasileiros no período compreendido entre 1826 a 1969.

ESTADO	ANO	AÇÕES
Rio de Janeiro	1826	Na forma de Academia Imperial inicia-se o ensino regular de Arquitetura, um dos cursos da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios
	1890	Na República, as diretrizes do curso foram alteradas dissociando cada vez mais o ensino de Arquitetura do ensino Belas-Artes
	1931	A Reforma introduzida pelo então diretor arquiteto Lúcio Costa, passou a apresentar uma definida orientação Modernista
	1945	As inovações da Reforma acabaram por provocar a separação definitiva do Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes, sendo criada a Faculdade Nacional de Arquitetura (este acontecimento marcou simbolicamente o surgimento dos cursos autônomos na área)
	1961	A Faculdade passa a ocupar seu endereço atual, na Ilha do Fundão, chamando-se, posteriormente, de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Bahia	1877	Fundação do curso de Arquitetura com a Academia de Belas Artes, mas sem reconhecimento nacional
	1949	Com a federalização da Instituição, é realizada a incorporação da Escola de Belas Artes à universidade.
	1959	A Faculdade se separa da Escola de Belas Artes e o currículo do curso de Arquitetura passa por reformulação
Minas Gerais	1930	Fundada a Escola de Arquitetura para a formação de engenheiros-arquitetos. Trata-se da primeira instituição de ensino de Arquitetura e Urbanismo da América do Sul criada de forma não subordinada a Escolas Politécnicas ou Institutos de Belas Artes ou Filosofia.
	1944	Por intermédio do então prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira a escola foi incorporada ao Instituto de Belas Artes. Neste mesmo ano o curso é reconhecido pelo Governo Federal
	1946	O curso passa a integrar a Universidade de Minas Gerais, passando a

		denominar-se Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais
Pernambuco	1932	O ensino de Arquitetura e Urbanismo começa de forma oficial com a fundação da Escola de Belas Artes de Pernambuco (Ebak)
	1945	Reconhecimento como Ensino Superior
	1949	Primeiros movimentos separatistas dentro da Escola de Belas Artes
	1958	Criação da Faculdade de Arquitetura do Recife
	1969	Com a reforma universitária a Faculdade de Arquitetura do Recife transforma-se no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU).
Rio Grande do Sul	1896	Fundada a Escola de Engenharia de Porto Alegre, disponibilizando entre os 05 cursos o de Arquitetura, extinto em 1908.
	1936	O Instituto de Belas Artes inaugura o curso técnico de Arquitetura
	1945	O curso de Arquitetura alcança a condição de curso superior. A escola de Engenharia, já incorporada à Universidade de Porto Alegre, instaura novo curso de Arquitetura.
	1952	Conclusão do processo de fusão dos cursos de Arquitetura da Escola de Belas Artes e da Escola de Engenharia de Porto Alegre, originando a futura Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.
São Paulo	1943	Instalação do Instituto de Arquitetos do Brasil
	1945	É realizado o I Congresso Brasileiro de Arquitetos
	1947	O governo reconhece a Faculdade de Arquitetura Mackenzie
	1948	A FAUUSP é fundada, tendo se originado do antigo curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Fonte: Laverde (2017)

Embora as discussões sobre os rumos do ensino dos cursos de Arquitetura e Urbanismo tenham sido promovidas em instituições localizadas em diferentes regiões do país, tiveram grande destaque as novas propostas da FAUUSP e UNB, devido ao caráter inovador. De acordo com Artigas (1977), o curso da FAUUSP foi organizado a partir da adaptação dos currículos da Escola Nacional de Belas Artes e da Escola Politécnica, em que a principal preocupação da comissão seria dar a devida importância à “Composição da Arquitetura”, colocando o Atelier em posição de destaque e as demais disciplinas do currículo convergindo para ele: Teoria e Crítica e Tecnologia. Para a comissão, esta estratégia concretizava a hipótese do estabelecimento de uma conexão direta entre a esfera do ensino e da atividade profissional. Este pensamento não se restringiu à FAUUSP, pois simultaneamente ao que acontecia nesta escola, os

cursos de Arquitetura da UFMG e UFRGS também direcionaram suas reformas colocando o atelier de projeto em posição de destaque.

Os direcionamentos dos encontros então realizados sugeriam a implantação de um currículo comum em nível nacional, construído a partir de uma conceituação da Arquitetura e Urbanismo e do perfil profissional revelado pelo Movimento Moderno, com a possibilidade de estabelecer uma ruptura definitiva com o ensino tradicional herdado das escolas de Engenharia e Belas-Artes, quando analisados de forma isolada. Sobre isso, Graeff relata:

(...) Falo dos memoráveis e quase esquecidos Encontros Nacionais de Arquitetos, Estudantes e professores de Arquitetura, realizados em diversos estados da federação entre meados da década de 1950 e ano histórico de 1962. Este foi, sem nenhuma dúvida possível, o mais alto momento do pensamento brasileiro voltado para a questão da formação profissional do arquiteto. Dele germinou por um lado, a experiência radical que se tentou realizar na Universidade de Brasília, entre 1962 e 1966 e, por outro, resultou no primeiro currículo mínimo para formação de arquitetos. GRAEFF,(1983, p. 22).

Dentre as propostas curriculares, a que apresenta reformulações mais sensíveis na área tecnológica - em que o uso laboratorial e experimental está indissociado da proposta geral do ensino - foi desenvolvida na FAUUNB por volta de 1962, estruturada em três 'troncos': Teoria, Composição e Tecnologia, havendo uma total integração entre teoria e prática. Sobre sua participação na UNB, João Filgueiras Lima – Lelé comenta em uma de suas palestras:

(...) quando eu fui professor, convocado pelo arquiteto Oscar Niemeyer - que era coordenador do ensino e das obras e eu, secretário executivo da Secretaria de Planejamento - optamos naquela ocasião por iniciar com a industrialização da construção, do pré-fabricado. A nossa ideia era ter uma fábrica de produção dentro da própria universidade, um centro de planejamento, isso trabalhando junto com a Faculdade de Engenharia, e que ela fosse a base de todo o ensino de Arquitetura e Engenharia na construção civil. Esta foi uma ideia muito estimulada por Darcy Ribeiro, que na ocasião foi o fundador da Universidade de Brasília, nosso primeiro reitor [...]. LIMA (2011)

Estas discussões amadurecidas em importantes escolas do país foram interrompidas pelo regime militar, quando houve a prisão de professores e estudantes e a cassação de docentes. Para Graeff (1983), as reformas que revelavam maior vitalidade inovadora entre 1956 e 1962 foram profundamente feridas: UNB, UFRGS, USP e UFMG, exatamente onde o processo de mudança curricular e metodológico se encontrava mais desenvolvido.

O CURRÍCULO MÍNIMO E A CRIAÇÃO DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E ASSOCIATIVAS

A proposta do Currículo Mínimo de 1962, desenvolvida em conjunto com entidades e instituições de ensino, foi substituída pela de 1969 que, segundo Santos (2001), embora mantivesse de maneira geral na Resolução que o instituiu a relação dos conteúdos constantes do Currículo Mínimo de 1962, a implantação do Currículo Mínimo de 1969 estava centrada em novos parâmetros, a partir do entendimento de sua formação como núcleo de matérias, considerado o mínimo indispensável para a adequada formação profissional. As normas propostas denotavam uma visão padronizadora, indiferente às dinâmicas de mudanças de procedimentos didático-pedagógicos em andamento nos cursos. O Quadro 03 equipara os dois Currículos Mínimos para melhor visualização das disciplinas equivalentes.

Quadro 03 – Currículos Mínimos de 1962 e 1969.

CONTEÚDOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE ARQUITETURA (1962)	CONTEÚDOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE ARQUITETURA (1969), RESOLUÇÃO CFE Nº 3, DE 23 DE JUNHO DE 1969.
MATÉRIAS	MATÉRIAS BÁSICAS
1. Cálculo	1. Estética, Hist. das Artes e, especialmente da Arquitetura
2. Física Aplicada	2. Matemática
3. Resistência dos Materiais e Estabilidade das	3. Física

Construções	
4. Desenho e Plástica	4. Estudos Sociais
5. Geometria Descritiva	5. Desenho e outros meios de expressão
6. Materiais de Construção	6. Plástica
7. Técnica de Construção	MATÉRIAS PROFISSIONAIS
8. História da Arquitetura e da Arte	1. Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira
9. Teoria da Arquitetura	2. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
10. Estudos Sociais e Econômicos	3. Materiais de Construção, Detalhes e Técnicas da Construção
11. Sistemas Estruturais	4. Sistemas Estruturais
12. Legislação, Prática Profissional e Deontologia	5. Instalações e Equipamentos
13. Evolução Urbana	6. Higiene da Habitação
14. Composição Arquitetura, de Interior e de Exteriores	7. Planejamento Arquitetônico
15. Planejamento	

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Schlee et. al. (2010).

Tanto a proposta do Currículo Mínimo de 1969, como também a proposta de 1962, não contemplam discussões voltadas à infraestrutura técnica e laboratorial na área técnico-construtiva, sendo a experiência da FAU UNB considerada uma exceção ao tentar fazer uma conciliação entre atividades projetuais e técnicas por meio da experimentação construtiva, aproximando-a da proposta *bauhausena*, sendo a construção de Brasília o primeiro canteiro experimental utilizado para dar apoio às disciplinas na área da Tecnologia da Construção. Mas, por ter sido prematuramente abortada, não foi possível analisar os resultados provenientes desta proposta inovadora frente aos dados gerados pelo modelo centrado no Atelier de Projeto, que vigora até hoje na maior parte das escolas brasileiras.

Embora muitos autores aleguem que o Currículo Mínimo de 1969 enrijeceu o ensino brasileiro em relação ao de 1962 - que permitia maior flexibilidade para que os cursos se ajustassem às particularidades regionais de cada local - em alguns momentos foi questionado se seria correto afirmar com tanta veemência de que o Currículo Mínimo de 1969 seja o grande responsável pela inércia vivenciada durante muitos anos no ensino, até porque, seria cômodo para muitos cursos se apoiarem em regras e normas ao invés de promoverem discussões que alimentassem experiências diferenciadas. Este

questionamento vai ao encontro de algumas considerações de Santos (2001), ao relatar que durante as reuniões que redigiram a Carta de Ouro Preto em 1977, já haviam identificado que a reforma do Currículo Mínimo, por si só, não garantiria a melhoria do ensino, mas como indutor de mudanças. Reiterava-se, que somente a mobilização de professores, estudantes e funcionários, articulados por um projeto-pedagógico, poderia implantar e sustentar de forma permanente o desenvolvimento de novas experimentações no ensino, isso quer dizer, iniciativas intra e inter-departamentais.

Diante de uma flagrante diminuição da qualidade do ensino, Gutierrez (2013) coloca que o Ministério da Educação e Cultura, nesta época, foi motivado a instalar as comissões de especialistas e, particularmente para o curso da Arquitetura e Urbanismo, o CEAU - Comissão de Especialistas em Arquitetura e Urbanismo. Em paralelo, as escolas resolveram juntar forças para fazer frente à problemática que se apresentava no ensino, resultando na fundação da ABEA – Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura – criada em 23 de novembro de 1973. Assim, o IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil – passava a atuar especificamente na área profissional e a ABEA e a CEAU na área do ensino, pois a substituição do Currículo Mínimo de 1962, amplamente discutido por estudantes, professores e profissionais, por outro 1969, gerou muita insatisfação, assim como o aumento acelerado das matrículas nas instituições privadas.

Quando analisadas as discussões promovidas pela ABEA no período compreendido entre 1973 e 1985, divulgadas por meio dos Cadernos da Associação, é observado que as preocupações direcionadas à área da tecnologia se restringiam ao Ensino de Estruturas, pouco ou nada é relatado sobre as demais áreas como a Tecnologia da Construção. Os principais assuntos discutidos pela Associação eram: Currículo Mínimo, Carga horária⁵, Atelier de

⁵ A primeira recomendação da Carta de Ouro Preto sinalizava que o Currículo Mínimo deveria preservar a unidade na formação profissional, em âmbito nacional, e atender às mais amplas atribuições profissionais. Na sua elaboração, devia ser evitada a tendência à formação de especializações com a defesa da formação generalista. Era preciso abranger matérias das

Projeto, Atribuições Profissionais e a inserção de novas disciplinas como: Paisagismo, Conforto Ambiental e Informática, com exceção de algumas reivindicações realizadas pela Associação, para que o ensino de tecnologia fosse mais direcionado às particularidades do curso de Arquitetura em relação à Engenharia. Sobre isso, os textos encontrados possuem mais caráter reivindicatório, do que propriamente, um reconhecimento sobre a co-responsabilidade que teriam os cursos na promoção das melhorias necessárias à área tecnológica.

Segundo Schlee et al (2010), dentre as iniciativas promovidas neste período destaca-se a proposta de trabalho conjunto entre CEAU e ABEA visando a discussão ampla e abrangente sobre o ensino. Com os resultados do extenso levantamento das condições vivenciadas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo em funcionamento, o CEAU passa a colaborar com a Secretaria de Educação Superior do MEC na elaboração do Programa Integrado de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura (Pimeg-ARQ), que se desenvolveu ao longo dos anos 80 (BRASIL, 1981).

O período de 1990 foi marcado pela expansão do ensino superior no Brasil e pela retomada do processo regulatório pelo Estado. A recomposição das Comissões de Especialistas no âmbito da Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC) possibilitou uma interlocução direta do MEC com as entidades de ensino, este segundo levantamento foi realizado entre fevereiro de 1993 e setembro de 1994. Segundo Monteiro (2013), o resultado da conjugação de tais esforços culminou na Portaria MEC nº 1770/94, que estabelecia as Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de Arquitetura e Urbanismo em substituição ao currículo mínimo de 1969. Essa legislação pode ser considerada

seguintes áreas de conhecimento, com os respectivos percentuais de carga horária: Planejamento e Projeto, 40%; Tecnologia e Instrumentação, 20%, e Teoria e História, 20%. Os 20% restantes ficariam a critério de cada escola. A autora Leite (2005), considera que o primeiro sinal de desprestígio da área tecnológica em relação às demais seria o tempo curricular dedicado, segundo a mesma a partir do Currículo Mínimo de 1969 decresce para 25 a 30% da carga horária total do curso. Quando comparados os dados da autora com as recomendações da Carta de Ouro Preto, nota-se que o desprestígio é ainda maior em 1977, quando destinam apenas 20% do tempo curricular às disciplinas de cunho técnico.

como um marco referencial no tocante a profundas mudanças do ensino de Arquitetura e Urbanismo e também por estabelecer padrões de qualidade relativos à infraestrutura necessária aos cursos: laboratórios, acervo bibliográfico mínimo, maquetaria, salas de projeto, etc. O diagnóstico da nova equipe do CEAU realizada na década de 1990 destaca pela primeira vez e de forma incisiva a ausência de infraestrutura encontrada nas escolas, reconhecendo que os laboratórios, maquetaria e acervo bibliográfico eram elementos fundamentais para o bom funcionamento dos cursos.

Em Meira (1994), é visto que o cenário encontrado neste segundo processo de avaliação dos cursos é tratado como o “fenômeno do barateamento” e de descaracterização do ensino da arquitetura - que, aparentemente, não precisa de mais do que uma sala com pranchetas, alunos, professor e “boas ideias” – levando ao entendimento, por parte das burocracias do Ensino Superior, de que ele é barato. Para a autora (consultora) do CEAU:

(...) a experimentação passa a ser gráfica, e não construtiva. Suprimem-se os laboratórios, desconsidera-se a biblioteca, extingue-se o acervo bibliográfico e iconográfico. A abertura de novos cursos é extremamente facilitada, porque sua implantação se torna “barata” – ainda que a essência da natureza de sua oferta esteja prejudicada. MEIRA (1994, p. 91).

Ainda sobre este assunto, Leite (2005) relata que, nesta segunda avaliação do CEAU, em pelo menos metade dos cursos analisados, não havia menção explícita da existência de práticas experimentais como recurso didático. E nos casos onde constava esta referência ‘aulas de laboratório’, não se verificava a pormenorização da natureza dos espaços pedagógicos, nem tampouco o tipo de atividade desenvolvida. Os programas das disciplinas de Tecnologia, em geral com uma listagem de aulas teóricas intercaladas com aulas denominadas ‘práticas’, eram destinadas à resolução de exercícios de dedução matemática, levando a entender que o conceito de atividade experimental, quando existia, era bastante restrito, voltado à demonstração e comprovação

das teorias científicas transmitidas e não à experimentação e à prospecção, revelando um ensino pouco voltado à problematização como método de aprendizagem.

Seguindo a linha cronológica dos fatos que diretamente impactaram nas reformulações curriculares atuais, as Diretrizes Curriculares de 1994, se transformaram em um instrumento regulador das condições infraestruturais dos cursos, passando então a ser exigido o oferecimento de espaços e equipamentos especializados para as matérias profissionais. É importante registrar que a Portaria nº 1.770/94 do Ministro da Educação e Cultura explicita como origem das novas Diretrizes Curriculares as recomendações dos Seminários Regionais e Nacional dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Ensino Superior do MEC.

De acordo com Monteiro (2013), diante de tal diagnóstico, a CEAU e a ABEA se uniram novamente para elaboração do documento intitulado *Perfis da Área & Padrões de qualidade – expansão, reconhecimento e verificação periódica dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo*, que foi apresentado ao CNE (Conselho Nacional de Educação) em 1996, complementando e aprofundando a Portaria 1770/94 que estabelecia as Diretrizes Curriculares. Em 1999, no IX Congresso da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Conabea) / XVI Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Ensea), são discutidas novas configurações laboratoriais por uma comissão de especialistas, resultando em “parâmetros consistentes de referência” para o processo de avaliação dos cursos. De acordo com Monteiro (2013), após um período de rediscussão das Diretrizes Curriculares as contribuições foram então encaminhadas e resultaram na proposta de Resolução das Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquitetura e Urbanismo, documento protocolado no MEC ainda no ano de 1998. Essa proposta tramitou no CNE durante oito anos e, reafirmando o documento de 1994 foi finalmente aprovada por meio da *Resolução CNE/CES nº 6/2006*. BRASIL (2006). Nesta proposta, não é

mencionada qualquer atualização no que diz respeito aos laboratórios e espaços experimentais dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, permanecendo em vigor o conteúdo do documento de 1994 até o presente momento.

AS AÇÕES PROMOVIDAS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E ASSOCIATIVAS E O IMPACTO NA ÁREA DA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

O Quadro 04 apresenta uma síntese dos principais fatos históricos que impactaram de alguma forma em reformas na área da Tecnologia da Construção dos cursos de Arquitetura e Urbanismo nacionais. Os dados obtidos compreendem o período entre 1930 e 2016, com a identificação das principais ações realizadas por entidades nacionais que demonstraram preocupação pela área e consciência sobre a importância das atividades experimentais estarem incorporadas nas atividades de formação. Estes dados correlacionam as ações com o momento histórico/político em que foram desenvolvidas, evidenciando a relação direta ou indireta entre as ações promovidas por Instituições de Ensino; Entidades Governamentais e Associativas.

Quadro 04 - Síntese das principais Ações promovidas por Instituições de Ensino, Entidades Governamentais e Associativas:

AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS CUJOS CURSOS DE ARQUITETURA FORAM IMPLANTADOS EM DATA ANTERIOR A 1956 FORAM: UFRJ, UFRGS, USP, UFBA E UFPE.	
Data/ Governo	Principais ações promovidas pelas Instituições de Ensino; Entidades Governamentais e Associativas
1930-1954 Getúlio	Ensino: A Reforma introduzida pelo Arquiteto Lúcio Costa, apresenta uma definida orientação Modernista, influenciando reestruturações no ensino em diferentes regiões do país.

Vargas e Eurico Gaspar Dutra	Governo: A partir do Art. 30 do Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, foram delimitadas as atribuições profissionais direcionadas à regularização das atribuições do arquiteto. Os cursos inseridos em instituições públicas cujo início de implantação ocorre anteriormente a 1945 são: UFRJ; UFMG; UFRGS; USP; UFBA e FAU UFPE. Fundadas as agências do CNPq, em 1950 e da CAPES, em 1951.
1956-1961 Juscelino Kubitschek	Ensino: - Impacto da arquitetura modernista brasileira no ensino: influência da construção de Brasília; - Em 57 a FAUUSP promove uma reestruturação das linhas mestras do curso, na qual o 'ateliê' passou a ser chamado de 'espinha dorsal', sendo proposta uma estrutura didático-pedagógica com 03 departamentos: Projeto, Tecnologia e História da Arquitetura; - Em outras regiões do país também são promovidas discussões sobre reestruturações nos cursos de arquitetura como UFMG e UFRGS, defendendo conceitos próximos ao da FAUUSP sobre a representatividade dos ateliers de projeto nos cursos. Governo: - sem identificação
1961-1964 João Goulart	Ensino: - A FAUUNB, criada em 1962, teve sua proposta de ensino estruturada em três 'trancos': teoria, composição e tecnologia (havia uma total integração entre teoria e prática, com foco na arquitetura como processo). - Discussões nacionais sobre a reforma universitária e formulação de Diretrizes para o Currículo Mínimo de 1962. Governo: - Cursos de arquitetura criados neste governo e inseridos em instituições públicas: UNB (1962); UFPR (1962/63); UFC (1964); UFPA (1964).

REGIME MILITAR - 1964-1985

1964-1967 Humberto Castelo Branco	Ensino: sem identificação Governo: Perseguição e cassação de professores e estudantes universitários. Desestruturação dos modelos de ensino até então implantado.
1967-1969 Artur da Costa e Silva	Ensino: - sem identificação Governo: - Reforma Universitária e implantação do Currículo Mínimo de 1969. De acordo com Leite (2005), este documento promove a ampliação da atividade projetual e início do desprestígio dado à área técnica na formação do arquiteto.
10/1969-	Ensino: - sem identificação

<p>03/1974</p> <p>Emílio Médici</p>	<p>Governo: - Pela Portaria Ministerial nº 699 de 1973, foi criada a Comissão de Especialistas no Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), no Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura. Os cursos de arquitetura criados neste governo e inseridos em instituições públicas foram: UFF (1970); UFPel (1971); UFRN (1973); UFAL (1973);</p> <p>Entidades Associativas:-ABEA:- Criação da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA) em 1973; - Apoio à CEAU para a realização do levantamento sobre a situação do ensino nas escolas nacionais;</p>
<p>1974-1979</p> <p>Ernesto Geisel</p>	<p>Ensino: - Em 1974 as deliberações do I Encontro de Professores de Estruturas para Escolas de Arquitetura consideraram as peculiaridades intrínsecas do tipo de profissional a ser formado. Entre outras recomendações estavam: a implantação de laboratórios; abertura da possibilidade de estudo do comportamento estrutural e a viabilidade técnica de outras estruturas e materiais;</p> <p>Governo: - Em 1974, visita realizada pelo CEAU às escolas do Brasil, com elaboração do documento: <i>'Diagnóstico das condições de ensino e pesquisa em arquitetura e urbanismo no Brasil'</i>. Este documento traz poucas discussões sobre a área da tecnologia e infraestrutura utilizada pelos cursos, sendo apenas destacada a ausência de padrões de referência e a situação de improviso encontrada nas escolas visitadas. Os cursos de arquitetura criados neste governo e inseridos em instituições públicas: UFPB (1974); UFSC (1977); UEL (1978); UFES (1978);</p> <p>Entidades Associativas: - sem identificação</p>
<p>1979-1985</p> <p>João Figueiredo</p>	<p>Ensino: - sem identificação</p> <p>Governo: Os cursos de arquitetura criados neste governo e inseridos em instituições públicas: UNESP-Bauru (1984), EESC-USP (1985);</p> <p>Entidades Associativas:- Segundo Gutierrez (2013), entre 1982 e 1985 a ABEA deixou de funcionar. - Em 1985 a associação passa por uma reformulação, transformando-se em uma entidade de ensino: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo.</p>

NOVA REPÚBLICA

<p>1985-1990</p> <p>José Sarney</p>	<p>Ensino:- sem identificação</p> <p>Governo: - sem identificação</p> <p>Entidades Associativas:- sem identificação</p>
<p>03/1990 12/1992</p> <p>Fernando Collor</p>	<p>Ensino:- sem identificação</p> <p>Governo: Os cursos de arquitetura criados neste governo e inseridos em instituições públicas: UFV (1992); UFJF (1992)</p> <p>Entidades Associativas:- Em 1990, foi iniciado o reconhecimento (estado da arte) da área a partir do Inventário dos cursos de Arquitetura e Urbanismo conduzido pela ABEA</p>

<p>12/1992 01/1995</p> <p>Itamar Franco</p>	<p>Ensino: - sem identificação</p> <p>Governo: - O Currículo Mínimo é substituído pelas Diretrizes Curriculares, vigente por 25 anos. - O último relatório desenvolvido pela CEAU foi publicado, e os dados divulgados revelam maior reconhecimento sobre a importância dos laboratórios voltados à experimentação construtiva que o anterior, de 1973, mas revela um cenário lamentável visto na maioria das escolas brasileiras: a inexistência destes espaços ou quando existentes, considerados como ‘retóricos’;</p> <p>-As Diretrizes Curriculares de 1994 identifica como exigência a dotação por parte dos cursos, das condições de infraestrutura e de oferecimento de espaços e equipamentos especializados para as matérias profissionais, com ênfase no caráter experimental. Os cursos de arquitetura criados neste governo e inseridos em instituições públicas foram: UFSM (1993); UFPI (1993); UEMA (1993);</p> <p>Entidades Associativas:- sem identificação</p>
<p>1995-2003</p> <p>Fernando Henrique Cardoso</p>	<p>Ensino: - sem identificação</p> <p>Governo: Em 2002 é extinto o CEAU - O mandato dos conselheiros expirou em julho de 2002 e novas comissões não foram nomeadas, visto que a legislação federal havia mudado e previa a implantação de um grande comitê assessor no âmbito da SESu/MEC. Nos dez primeiros anos do século XXI houve várias mudanças no ensino superior brasileiro, a começar pelo seu sistema de avaliação, cujo processo deixou de ser da alçada do SESu/MEC e passou para as mãos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os cursos de arquitetura em instituições públicas criados neste governo foram: UFMT (1995); UFU (1996); UNICAMP (1999); UEM (2000); UFRRJ (2000); UFMS (1999/2000); UFT (2000); UFCG (2002);</p> <p>Entidades Associativas:- Segundo Schlee et al (2010) entre 1995 e 1996 a Abea contribui para a reavaliação dos projetos pedagógicos dos cursos e das práticas acadêmicas, adequando-os às novas exigências decorrentes da nova base legal expressa nas Diretrizes Curriculares e Conteúdos mínimos de 1994.</p> <p>- Em novembro de 1999, com a realização do IX Conabea e XVI Ensear, foi discutido e reunido em Anexo ao Caderno 21, as configurações preconizadas sobre os laboratórios voltados ao curso de Arquitetura. Pela primeira vez é redigido um documento com a sinalização detalhada sobre a caracterização das instalações técnicas do Laboratório de Tecnologia da Construção – englobando o Canteiro Experimental e Maquetaria.</p>
<p>2003-2011</p> <p>Luiz Inácio Lula da Silva</p>	<p>Ensino: - sem identificação</p> <p>Governo: De acordo com Monteiro (2013), no primeiro governo, dentre as medidas que visavam conectar a avaliação e a regulação estava o Decreto nº 5.773/2006, sobre “o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação no sistema federal de ensino.” Este Decreto incorporava o Exame Nacional de Desempenho dos</p>

	<p>Estudantes (ENADE), parte do SINAES o processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e a possibilidade dos conselhos profissionais se manifestarem a respeito desse processo. - Segundo a mesma autora, no segundo mandato (2007 – 2010), foi criada uma série de índices na avaliação da educação superior. Em 2008, propôs-se a instalação de outros dois indicadores no contexto da educação superior brasileira: o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos das Instituições de Educação Superior (IGC). O CPC é formado por 3 elementos: “os insumos que lhe são atribuídos, 30% da nota final; o Enade, com atribuição de 40%; e o IDD com 30%. - De acordo com Rothen e Barreyro (2012), o SINAES perde sua face avaliadora. Quanto à avaliação de cursos: perdem-se as visitas <i>in loco</i> e a <i>peerreview</i>, ao serem restritas aos cursos sob supervisão. Assim, a avaliação formativa é “desinduzida”, ao privilegiar os resultados do ENADE sobre os outros. Os cursos de arquitetura inseridos em instituições públicas e criados neste governo foram: UNESP-PP (2003); UFRR (2005); UFS (2007); IFF (2008); UEG (2008); IFES (2008); UFOP (2008); UTFPR (2009); UFSJ (2009); UEMT (2009); UFG (2009); UFAM (2010); UNILA (2010); UFES (2010).</p> <p>Entidades Associativas: Em 2008, o XXVI ENSEA/XXXII COSU, teve como principal temática: “Novos perfis e padrões de qualidade para os cursos de Arquitetura e Urbanismo: do projeto pedagógico às atribuições profissionais”. A proposta da diretoria da ABEA é que fossem criados 3 grupos de trabalho para discussão dos temas pertinentes aos Padrões de Qualidade: Grupo 1 – responsável pelos assuntos relativos aos Recursos Materiais; Grupo 2 – responsável pelos assuntos relativos ao corpo docente e Grupo 3 – responsável pelos assuntos relativos ao Projeto Pedagógico. Segundo Monteiro (2013), a partir desse momento, a diretoria da ABEA deu início a uma aproximação junto ao INEP para apresentação deste documento e, sua consequente aprovação junto ao governo federal, mas tal iniciativa não teve êxito.</p>
<p>2011-05/2016 Dilma Roussef</p>	<p>Ensino: - sem identificação</p> <p>Governo: Os cursos de arquitetura inseridos em instituições públicas e criados neste governo foram: UFAP (2011)</p> <p>Entidades Associativas: - O CAU propõe a revisão da Resolução CNE/CES nº 2/2010, aprovada no XVII CONABEA/2013 e na 30ª Plenária do CAU-BR/2014. Neste processo é acrescentado no ART 5º o §2º que diz: Para atingir os objetivos e desenvolvimento pleno destas Diretrizes, os cursos de Arquitetura e Urbanismo deverão ser equipados adequadamente com laboratórios específicos, ateliês ou salas de projetos, instalações para pesquisas estudos avançados, bibliotecas com acervo adequado e suficiente e disponibilidade de tecnologias atualizadas para o intercâmbio de informações.</p> <p>- No ART 6º, §5º desta nova resolução (ainda em fase de análise pelo MEC), foram acrescentados no Item II, sobre os conteúdos: - produção em ateliê, experimentação em laboratórios e canteiros de obras, elaboração de modelos, utilização de computadores, consulta a</p>

	bibliotecas e bancos de dados.
--	--------------------------------

Fonte: elaborado pelas autoras.

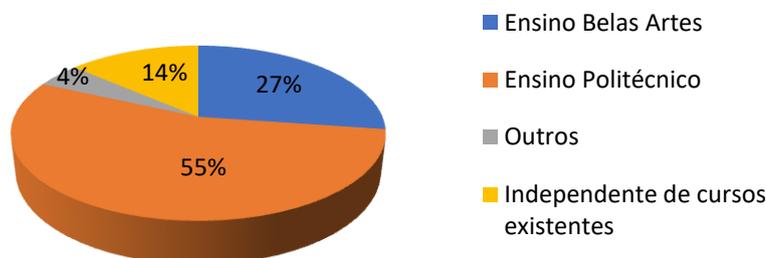
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar cronologicamente as trajetórias de diferentes escolas de Arquitetura e Urbanismo pelo país, foi observado que a busca pela autonomia da formação do arquiteto em relação às antigas Escolas de Engenharia e Belas Artes não ocorreu de maneira espontânea, pois a criação dos novos cursos e escolas adaptou-se às condições de cada local e à política educacional em vigor no período de sua implantação.

Sobre a relação entre modelo de implantação (Modelo Belas Artes ou Politécnico) e a configuração estrutural da área técnica dos cursos visitados (ver Gráfico 01), foi observada a inexistência de relação direta entre modelo de implantação e a estruturação curricular da área da Tecnologia da Construção, diante da heterogeneidade de proposições encontradas, sendo provável que esta questão tenha sido influenciada pela história construída ao longo dos anos, diante das oportunidades surgidas e composição do quadro docente, o qual direcionaria o curso para uma determinada vertente e daria o tom das prioridades de cada escola.

Gráfico 01 – Porcentagem das escolas visitadas (inseridas em Instituições Públicas) de acordo com o histórico de implantação/origem.

Levantamento a partir das 21 escolas visitadas



Fonte: elaborado pelas autoras

Este fato relacionado ao processo histórico de implantação e desenvolvimento dos cursos vai ao encontro das colocações de Michel Young sobre o processo de formação estrutural do ‘currículo’, visto em Galian e Louzano (2014), quando afirma que a seleção de conhecimento poderia ser definida como a expressão dos interesses dos grupos que detinham maior poder para influir nessa definição, dando assim um viés político na temática do currículo, considerando neste debate as tensões existentes entre a pressão externa, exercida pelos governos e suas agências, e a pressão interna, exercida pelas associações profissionais de especialistas da comunidade educacional.

Um dos primeiros acontecimentos históricos que provocou profundas transformações na estruturação curricular ocorreu em 1931, na Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, quando recebe a primeira reforma com orientação modernista pelo então diretor Lúcio Costa. Neste mesmo período, é criado em Belo Horizonte o primeiro curso de arquitetura da América Latina desvinculado do modelo Politécnico e Belas Artes, assim como, começa a funcionar o ensino de Arquitetura e Urbanismo na recém-criada Escola de Belas Artes de Pernambuco. Na mesma década, o Instituto de Belas Artes de Porto Alegre inaugura seu curso de Arquitetura e, em São Paulo, a Escola Politécnica passa a fazer parte da Universidade de São Paulo, oferecendo dentre seus cursos o de engenheiro-arquiteto. Enquanto isso, o curso de arquitetura da Escola de Belas Artes da Bahia seguia suas atividades, mas ainda sem reconhecimento nacional.

Nas décadas posteriores a este período são vistos consideráveis avanços expansionistas e estruturantes sobre o ensino, principalmente, em capitais do país com um determinado grau de desenvolvimento urbano. Na intenção de caminharem de forma independente em relação aos cursos de origem, a maior parte destas escolas enfrentou longos e conturbados processos de cunho separatista ou de fusão. Já em meados da década de 1940, a Escola Nacional de Arquitetura no Rio de Janeiro passa a Faculdade Nacional de Arquitetura e se separa da Escola de Belas Artes, no mesmo ano, os cursos de arquitetura em funcionamento na Escola de Belas Artes de Pernambuco e no Instituto de Belas Artes em Porto Alegre são reconhecidos como cursos superiores e a Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre volta a criar um novo curso de arquitetura, que havia funcionado antes por um breve período (1896-1908), enquanto que, ainda no Rio Grande do Sul, o Instituto de Belas Artes também passa a fazer parte da universidade, fato que ocasionou a fusão dos dois cursos. No fim desta década o curso da Escola de Belas Artes da Bahia é federalizado e o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo é desvinculado passando a ter autonomia como curso de Arquitetura e Urbanismo.

Neste mesmo período, o contexto desenvolvimentista e o debate modernista já haviam se legitimado no país, havendo um descompasso entre a atividade profissional e o ensino, já que a reforma curricular proposta por Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes demorou a ser reconhecida e aplicada no contexto acadêmico, fato que ocorreu por volta de 1945 na Escola Nacional de Arquitetura, servindo posteriormente de modelo curricular para a implantação e reforma de outros cursos pelo país. Diversos autores relatam que os cursos até então criados passam a ter um alinhamento, por força de lei, ao da escola do Rio de Janeiro, como aconteceu com São Paulo e Rio Grande do Sul e antes deles, também a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, a qual, desde os primórdios de sua criação, já se enquadrava nos moldes definidos pelo Estado durante o governo de Getúlio Vargas, sendo esta uma estratégia para o reconhecimento nacional do curso.

Em razão da maturidade alcançada até a década de 1960 e à inexistência de processos regulatórios como a Reforma Universitária de 1969, foram realizados neste período profundos debates sobre o processo de formação profissional em diversas regiões da federação, em especial entre meados da década de 1950 e o ano histórico de 1962, os quais promoveram transformações de ordem estrutural, pedagógica e política. De acordo com Graeff (1995), o currículo mínimo desenvolvido em 1962 ao longo destes debates vinha abrir oportunidades de mudanças e experiências inovadoras, inclusive no sentido de colocar o ensino em sintonia com as realidades geográficas, sociais e culturais de cada região.

A partir da década de 1960, há um grande intercâmbio de profissionais docentes atuantes em diferentes regiões do país, destacando-se aqueles formados pelas escolas carioca, paulista, mineira e gaúcha, os quais disseminam o conhecimento adquirido nestes centros de formação com propostas de ensino mais consolidadas. Desta forma, as novas escolas criadas tem como apoio as discussões que até então já haviam sido travadas sobre o ensino e, sob bases muito particulares, estes conceitos foram sendo adaptados de acordo com cada contexto e a formação do quadro docente. Destaca-se nesse momento, a experiência da FAU UNB, podendo ser considerada a mais inovadora até então, com inspiração *bauhauseana* e coordenada por profissionais formados em outras regiões do país.

Embora esta proposta didática tenha sido abortada precocemente devido às ações do regime militar, tornou-se outra fonte de referência (além do modelo Politécnico e Belas Artes) para as escolas criadas posteriormente, sendo visto que as propostas para a área técnica - em que o uso laboratorial e experimental está integrado à proposta geral do ensino - nunca foram replicadas em nenhuma outra escola nacional, nem mesmo na UNB este viés foi retomado ao longo das tentativas de reestruturação. Este fato fortalece a hipótese da relação entre atividades práticas/laboratoriais e iniciativa docente, cujas propostas somente são viabilizadas de acordo com a influência e poder decisório

que os atores possuem nas reestruturações do ensino de determinada escola.

Em meio às discussões travadas no fim do período de 1960, está o Currículo Mínimo de 1969, criticado por diversos autores ao defenderem que as normas para sua aplicação denotavam uma visão tecnocrática e padronizadora, indiferente às dinâmicas de mudanças de procedimentos didático-pedagógicos em andamento nas escolas de Arquitetura e Urbanismo. O tempo revelou que estas considerações padronizadoras não foram aplicadas em sua íntegra, diante da heterogeneidade de proposições vistas nos projetos político pedagógico consultado e estruturas curriculares, havendo liberdade na formulação de propostas e delineamento de prioridades nos cursos.

Após implantação do Currículo Mínimo pelo Governo, entidades como ABEA e CEAU foram criadas na década de 1970 e realizaram diversas discussões sobre o ensino a partir de avaliações sistemáticas. As informações produzidas até então, seja pelas escolas com trajetórias mais longas, assim como, por estas entidades, daria oportunidade para que novos cursos fossem criados sob bases mais sólidas de discussão sobre o ensino. Porém, este cenário que supostamente levaria a implantações com maior respaldo de informações e experiências não acarretou em propostas inovadoras, sendo visto por meio dos históricos analisados trajetórias orientadas, prioritariamente, por meio de resoluções regulamentadoras do ensino. De modo geral, a dimensão curricular foi marcada por bases normativas associadas às competências profissionais sem refletir as particularidades associadas ao momento histórico, político e social dentro de uma determinada instituição. As principais ações ao longo da construção histórica do currículo dos cursos arquitetura nas escolas brasileiras foram realizadas por profissionais essencialmente da área, assim como, as discussões e documentação deste processo, não sendo identificada ao longo da pesquisa a participação de profissionais teóricos do currículo.

Este resgate histórico das primeiras ações realizadas por Instituições de Ensino e por Entidades Governamentais e Associativas envolvidas com a questão educacional no Brasil permitiu compreender a influência do momento

político educacional vivenciado no país na época de criação de diferentes cursos em Instituições públicas, possibilitando um olhar mais aprofundado sobre o respaldo e apoio que cada curso possuía no momento de sua implantação, concluindo que as variáveis que influenciaram na atual estruturação da área da Tecnologia da Construção não se resumem, necessariamente, ao plano teórico dos Projetos Pedagógicos de curso, mas aos aspectos político-educacionais, estruturais e socioeconômicos, e também questões de fundo, como as relações interpessoais e burocráticas.

REFERÊNCIAS

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Contribuição para o relatório sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo**, 1974. In: Sobre a história do ensino de Arquitetura no Brasil. São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1977.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. Caderno 21. Anais do XVI Encontro Nacional Sobre Ensino de Arquitetura Urbanismo e IX Congresso Nacional da ABEA - Ética para o III Milênio – ANEXO: **Laboratórios: configurações preconizadas**. Londrina – PR, Novembro de 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. Caderno 32. XXXII COSU – Conselho Superior da ABEA e XXVI Encontro Nacional Sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo – **Novos Perfis e Padrões de Qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo: do Projeto Pedagógico às Atribuições Profissionais**. João Pessoa – PB, novembro de 2008.

BRASIL. Resolução nº 6, de 02 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 fev. 2006. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.770**, de 21 de dezembro de 1994. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Comissão de Ensino em Arquitetura. **Diagnóstico das condições de ensino**

e pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Brasil – 1974. Brasília, MEC, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. **Programa Integrado de melhoria do ensino de graduação em arquitetura (PIMEG-ARQ)**. Brasília, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Comissão de Ensino em Arquitetura. **PERFIS DA ÁREA & PADRÕES DE QUALIDADE Expansão, Reconhecimento e Verificação Periódica dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, 1995.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. São Paulo: Editora da USP, 2005.

GALIAN, Cláudia Assumpção; LOUZANO, Paula Baptista Jorge. **Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1109-1124, out./dez. 2014.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Arte e Técnica na formação do arquiteto**. São Paulo: Studio Nobel/ Fundação Vilanova Artigas, 1995.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Um balanço crítico das lutas pelo novo currículo mínimo**. Revista Projeto 53, 1983.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e os seus primeiros tempos (1973-1985). **A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: ABEA, 2013.

LAVERDE, Albenise. **Os espaços experimentais das escolas públicas de arquitetura do Brasil: Realidade ou Utopia?** 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo/ FAUUSP. São Paulo, 2017.

LEITE, Maria Amélia D’Azevedo. **A aprendizagem tecnológica do arquiteto**. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo/ FAUUSP. São Paulo, 2005.

LIMA, João Filgueiras. **Palestra de João Filgueiras Lima – Lelé**. ArqFuturo, 23/11/2011, São Paulo, SP. Disponível em: <http://arqfuturo.com.br/evento/arq.futuro-sao-paulo-2011>. Acesso em: 26/06/2018.

MEIRA, Maria Elisa. **Da forma ao conteúdo. A educação de arquitetos e urbanistas no Brasil**. Revista Projeto. São Paulo. Agosto 1994.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góis. **A atuação da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura na consolidação de um ensino de Arquitetura e Urbanismo de qualidade (2000-2010)**. In: A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: ABEA, 2013.

MOTTA, Flávio. Subsídios para relatório sobre ensino de Arquitetura UIA-UNESCO, 1974. In.: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. **Sobre a história do ensino de Arquitetura no Brasil**, São Paulo, 1977.

Ofício GD/442 - PMAC/rhps - Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1966.

Ofício GD/720 – A - RMGP/rhps - Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1968.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO Gladis Beatriz. **Avaliação da educação superior no segundo governo Lula: “provão II” ou a reedição de velhas práticas?** Educação & Sociedade, Mar2011, vol. 32, n.114. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de março de 2012.

SANTOS, Wilson Roberto dos. **O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969 –1994**. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo/FAUUSP, São Paulo, 2001.

SANTOS, Wilson Roberto dos. **A ABEA e a conquista das Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de Arquitetura e Urbanismo em 1994: uma inflexão inovadora no ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (1985 – 1994/95)**. In: A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: ABEA, 2013.

SCHLEE , Andrey Rosenthal et al. **Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia -(Volume X): Arquitetura e Urbanismo**. Brasília :INEP/CONFEA. 2010.

SEGAWA, Hugo. **A arquitetura no Brasil. 1900-1990**. São Paulo. Ed. da USP,

1997.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Projeto Político Pedagógico de curso, Brasília, 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano orientador da Universidade de Brasília. Brasília: Ed. UnB, 1962.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **50 ANOS: história contada: a história da Universidade de Brasília contada por seus personagens: reportagens, depoimentos, entrevistas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012;

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. União Internacional de Arquitetos – UNESCO. Relatório sobre o ensino de arquitetura no Brasil. Outubro de 1974. In: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. **Sobre o ensino de arquitetura no Brasil.** São Paulo: ABEA, 1977.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico de curso.** São Paulo, 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico de curso,** São Carlos, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico de curso – 2011(12).**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – Faculdade de Arquitetura - **Considerações Gerais sobre o Currículo do Curso – FAUFBA,** Salvador, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – Centro de Tecnologia - Curso de Arquitetura e Urbanismo - **Projeto Político Pedagógico de curso – CAU UFPB,** João Pessoa, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia – Curso de Arquitetura e Urbanismo - **Projeto Político Pedagógico de curso – CAU - UFMS,** Campo Grande, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Arquitetura. **Projeto Político Pedagógico de curso – EA UFMG,** Belo Horizonte, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Faculdade de Arquitetura

Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico de curso** – Pelotas, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico de curso** – CAU UFPE, Recife, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Design - **Projeto Político Pedagógico de curso** – FAUeD UFU, Uberlândia, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - Curso de Arquitetura e Urbanismo - **Projeto Político Pedagógico de curso** – CAU UFV, Viçosa, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – Centro de Tecnologia – Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU UFC, Fortaleza, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – Curso de Arquitetura e Urbanismo - **Projeto Político Pedagógico de curso** – CAU UFES, Vitória, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico de curso** – CAU UFPR, Curitiba, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico de curso** – FAUFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – Centro de Tecnologia - Departamento de Arquitetura. Curso de Arquitetura e Urbanismo - **Projeto Político Pedagógico de curso** – CAU UFRN, Natal, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – Faculdade de Arquitetura. **Projeto Político Pedagógico de curso** – FAUFRGS, Porto Alegre, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – Escola de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico de curso** – EAU-UFF, Niterói, 2014.

ALBENISE LAVERDE é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia – FAUeD UFU, e coordenadora do Laboratório de Tecnologia do Ambiente Construído.

E-mail: albenise.laverde@ufu.br

 <http://orcid.org/0000-0003-4711-2053>

Cláudia Terezinha de Andrade Oliveira é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP – Departamento de Tecnologia da Arquitetura

E-mail: ctao@usp.br

 <http://orcid.org/0000-0002-8628-3130>

Recebido em: 05 de maio de 2019

Aprovado em: 04 de setembro de 2019



Revista História da Educação - RHE
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe
Artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.